

**SIMPOSIO I**

**GLOBALIZACIÓN,  
FRONTERAS CULTURALES  
Y POLÍTICAS  
Y CIUDADANÍA**

**Juan J. Pujadas Muñoz  
Emma Martín Díaz  
Joaquim Pais de Brito  
(Coords.)**

**Federación de Asociaciones  
de Antropología  
del Estado Español**

**Asociación Galega de Antropoloxía**

**Actas del VIII Congreso de Antropología  
20-24 de septiembre 1999**

## CONTRABANDO E GUERRA CIVIL: MEMÓRIAS DE UMA TERRA DE FRONTEIRA.

LUÍS CUNHA  
~~Carlos Cunha~~

Universidade do Minho

Procurar abordar uma comunidade concreta a partir das memórias que a atravessam significa penetrar no núcleo do seu sentido enquanto comunidade, mas também, simultaneamente, numa esfera de difícil apreensão, onde tudo parece fluido e mesmo inconsistente. Se por um lado a memória é condição de existência de uma sociedade<sup>1</sup>, por outro, discorrer sobre ela implica cruzar um conjunto de narrativas frequentemente contraditórias. Para além do binómio memória individual/memória colectiva - esta entendida como conceito operativo, distinto da mera soma das memórias individuais - há ainda que agregar a memória histórica, enquanto memória unificada, legitimada na escrita e nela aprisionada.

Na vila de Campo Maior, local onde o nosso trabalho vem decorrendo, estas duas dimensões da memória parecem construir-se paralelamente a partir de distintos materiais. A memória cristalizada na escrita enfatiza de forma muito evidente o passado militar da vila, nomeadamente os episódios heróicos de resistência aos invasores estrangeiros, nomeadamente espanhóis e franceses. Seja em livros recentes, seja em reedições que a Câmara vem patrocinando, seja ainda em opúsculos distribuídos no turismo, essa tónica na história militar é evidente. Por outro lado, ao nível da memória oral, é relevada a dureza das condições de vida num passado próximo associada à actividade do contrabandista.

Para compreender melhor esta visão dúplice do passado da vila é necessário tomar em consideração algumas breves notas. Situando-se no distrito de Portalegre, Campo Maior é sede de um pequeno concelho (247 Km<sup>2</sup> e 8.535 habitantes em 1991) que se estende entre os rios Xévara e Caia, sendo limitada a leste pela Extremadura espanhola. Integrada numa região onde a agricultura desempenhou um papel fundamental e quase exclusivo, também em Campo Maior foi ela a definir o modo de vida dominante da sua população. Porém, a sua proximidade à fronteira, de onde não dista mais de dez quilómetros, conferiu-lhe algumas marcas suplementares que ajudam a explicar as suas características actuais.

As dificuldades do assalariado rural alentejano encontravam, em terras raianas como Campo Maior, a possibilidade de utilização estratégica da linha de demarcação dos dois estados vizinhos. Para além de outras utilizações que a fronteira foi permitindo, a conciliação entre a actividade do contrabando - actividade ilícita, perigosa e difícil, mas

também financeiramente compensadora - com os trabalhos habituais da agricultura - que eram também difíceis, além de incertos e mal remunerados - foi fundamental para a caracterização contemporânea de Campo Maior. De facto, presentemente a vila possui uma importante actividade industrial, a da torrefacção de café, cuja raiz é indiscutivelmente o contrabando, sobretudo o que foi praticado na segunda metade deste século<sup>2</sup>.

A fronteira, essa fronteira que demarca diferentes territórios nacionais e dessa forma distingue e impõe diferenças, estabelece também o nexo entre os dois registos de memória a que aludimos. Entre a memória escrita ou erudita, que se constrói em torno dos conflitos que a fronteira gerou um discurso identitário no qual a vila se deve rever<sup>3</sup>, e uma memória oral, difusa, que reflecte as condições de vida por que passaram as pessoas ainda vivas. Não estamos perante memórias conflitantes, ao contrário, julgamos mesmo que Campo Maior se revê em ambas, pensando a sua identidade a partir dos dois registos. O que queremos sublinhar neste ponto é apenas a importância da fronteira, neste caso como elemento central para a construção de algumas das narrativas com que a comunidade se pensa.

Tomando como elemento polarizador a fronteira, procuraremos nesta ocasião ilustrar apenas alguns mecanismos discursivos sobre o passado. Deixaremos de lado a memória escrita, para centrar a nossa atenção em registos orais recolhidos na vila. Se é verdade que "chaque mémoire individuelle est un point de vue sur la mémoire collective" (Halbwachs: 94), diremos que trabalhar em torno deste conceito significa essencialmente tentar compreender de que forma as recordações individuais recebem uma orientação ou são configuradas pelo grupo. Sem ter a pretensão de levar tão longe a nossa análise, tentaremos ainda assim fazer emergir uma visão da fronteira como lugar estratégico na vida de Campo Maior e, por isso mesmo, como lugar de rememoração e construção de uma identidade.

Atravessada por uma história longa, marcada por inúmeros conflitos e tensões, mas também por frutuosa intercâmbios, a fronteira luso-espanhola constitui um sugestivo objecto de estudo, seja para uma abordagem da memória social, seja como ponto de partida para reflectir sobre a identidade. Deste ponto de vista impõe-se desde logo como primeira distinção separar **fronteira**, mera linha divisória que separa duas individualidades políticas, tendo por isso mesmo relevância essencialmente jurídica, de **zona fronteiriça**, que deve ser entendida aqui como espaço de articulação de populações raianas.

Evidentemente que é esta segunda asserção aquela que mais interesse etnográfico revela. De facto, é no seu âmbito que as diversas interacções, que pautaram a história desse espaço, se tornam fundamentais para perceber o modo de vida dos povos raianos. É verdade, todavia, que essa realidade jurídica que é a fronteira enquanto linha divisória, é determinante dos factores de conjunção e disjunção que atravessam a área raiana. Estamos, afinal, perante uma dialéctica entre História nacional e História local que se apresenta como essencial para a investigação - e se necessitássemos de ilustrar o que se afirma bastaria evocar a relação entre o desaparecimento recente do controlo fronteiriço, fruto dos sucessivos acordos no âmbito da Comunidade Europeia e a desagregação do modo de vida que caracterizou a zona raiana<sup>4</sup>.

Colocando a questão de uma outra forma, pode dizer-se que a fronteira confronta, de forma particularmente aguda, uma identidade que se constrói localmente, à margem das barreiras políticas que a ideia de nação impõe, justamente com a ideia de identidade nacional<sup>5</sup>. Deste ponto de vista é inequívoco que a fronteira une e separa simultaneamente, sendo por isso um vector fundamental para perceber a dinâmica social gerada na zona raiana. Na verdade, a presença da fronteira pode ser estrategicamente sublinhada ou ignorada pelas populações que contaram com ela para construir um modo de vida. É também dessas manipulações locais, conjunturalmente consentidas ou combatidas pelas autoridades nacionais que a história da fronteira se faz.

Embora sendo uma fronteira antiga, que tem sobre si séculos de sangrentos conflitos - mas também de aproveitamentos comerciais tão antigos como a própria fronteira<sup>6</sup> - a verdade é que a demarcação que lhe conferiu os contornos actuais data apenas da segunda metade do século XIX<sup>7</sup>. Em todo o caso, muito embora a fronteira luso-espanhola possua algumas características bastantes uniformes em toda a sua extensão<sup>8</sup>, o troço concreto que vimos investigando introduz nessas características alguns matizes que importa conhecer. Consideremos apenas dois: a depressão demográfica não encontra em Campo Maior uma expressão tão vincada como noutras lugares aparentemente semelhantes; a proximidade de uma grande cidade como Badajoz faz com que certos fenómenos ou acontecimentos fronteiriços encontrem em Campo Maior - como certamente também em Elvas - uma expressão particularmente vincada. Entre os anos trinta e os anos cinquenta é isso mesmo que ocorre com o contrabando do café, que beneficia de um enorme mercado consumidor presente a escassa dezena de quilómetros. Da mesma forma deve ser pensada a guerra civil: pela grande quantidade de refugiados<sup>9</sup> que afluíram à vila, bem como pelas oportunidades que, como veremos, ela suscitou foi enorme o seu peso no quotidiano de Campo Maior naqueles anos.

O fenómeno do contrabando por um lado e o acontecimento singular que foi a guerra civil por outro, constituem nesta investigação sobre a fronteira dois importantes eixos de análise. Por eles passa a abordagem da memória social, ou, dito de outro modo, a tentativa de descodificar quadros sociais de memória relevantes na comunidade. O primeiro dá conta de uma actividade que, como se diz localmente, “sempre existiu” e nos permite por isso mesmo aferir mudanças históricas e ajustamentos conjunturais. O segundo, pela intensidade que implica, emerge como acontecimento marcante, pelo menos para uma geração que hoje vai desaparecendo, mas na qual é possível encontrar ainda a memória viva de muitos episódios.

Temos pois dois eixos, um claramente distendido no tempo e outro mais localizado, a partir dos quais se tentará esboçar uma etnografia da fronteira ou, mais rigorosamente, da sua memória. A fronteira cruza esses dois eixos, sendo porém diferentes os factores que em cada um deles se potencial. O contrabando foi para alguns um modo de vida e para outros um complemento dos magros rendimentos que o trabalho rural possibilitava. É certo que dele se recordam as dificuldades e perigos por que o contrabandista passava, mas é em grande medida a nostalgia que pautua o discurso dos velhos contrabandistas. É outro o registo com que se fala da guerra. Mesmo sem ser parte directa no conflito, Campo Maior lembra ainda os dramas a que assistiu. Memória de um passado já distante, que coexiste com o esquecimento mas também com o silêncio que adormece algumas recordações mais dolorosas<sup>10</sup>.

A tentativa de introduzir uma temporalidade mais ou menos rigorosa nas memórias dispersas e fragmentadas que podemos recolher, confronta-se desde logo com uma dicotomia vaga mas fundamental que organiza toda a rememoração. Essa dicotomia, sublinhada por inúmeros autores<sup>11</sup>, não é outra senão a que distingue o **antes** do **agora**. Apesar do seu carácter dicotomizado e vago - ela não demarca historicamente o tempo, apenas o percebe subjectivamente, ainda que o organize colectivamente - é possível apontar alguns marcos importantes e genericamente coincidentes entre os vários informadores, independentemente da idade e grupo social de pertença.

Dois desses marcos são particularmente importantes e úteis para situar as narrativas e confrontá-las com as informações que outras fontes permitem. O primeiro deles é justamente a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial, temporalmente contígua e que lhe dá continuidade do ponto de vista das representações. O outro marco importante é o 25 de Abril, apresentado quase sempre como o ponto de viragem entre o “antes” e o “depois”. A Guerra Civil de Espanha, para além da dramaticidade a que já se aludiu, constitui uma

baliza por ser o máximo recuo temporal para muitos dos informantes. O 25 de Abril, por seu turno, aponta, pelo menos simbolicamente, a desagregação de um modelo de sociedade assente no valor da terra e fortemente dicotomizado entre "ricos" e "pobres"<sup>12</sup>. Separados por cerca de quatro décadas, estes marcos polarizam as recordações de forma paralela à das circunstâncias da vida de cada sujeito. É verdade que a primeira referência é quase sempre da vida pessoal - no ano em que me casei, quando fui tropa, etc. -, mas quando se procura um marco temporal menos pessoalizado, esses acontecimentos de inegável relevância colectiva são frequentemente evocados.

As referências ao conflito espanhol contêm quase sempre alusão a uma duplicidade de comportamentos entre ricos e pobres. Uma mulher que casou no ano de eclosão da guerra conta-nos que

quando as mulheres fugiam para cá, ali eles, os ricos, a empurrá-las para os carros. Quando iam, iam todas feridas de estarem a estrebuchar com eles e eles a empurrá-las. Levantavam-lhes saias, levantavam-lhes tudo, a empurrá-las para dentro dos carros. A entregá-las à morte.

Alguns ricos são também acusados de assistirem a fuzilamentos na praça de toiros de Badajoz, ou de facilitarem meios de captura dos refugiados espanhóis, sendo isso apontado como prova da sua desumanidade. Ainda que estas acusações sejam feitas muito frequentemente, também o silêncio as atravessa. De facto, só raras vezes os nomes dos que terão assistido aos fuzilamentos são indicados, predominando fórmulas vagas, do tipo "foram alguns, não foram todos...", "esses já morreram", "já me não lembro", etc.

A outra face da questão é a dos comportamentos solidários, de ajuda arriscada mas desinteressada:

Foram uns rapazes que estavam num campo de concentração. Parece que era tenente da aviação e era um sargento dos carabineiros e era outro rapaz. Fugiram do campo de concentração. Então aqui se aquartelaram e o sargento Abrantes tratou-lhes da papelada e depois foram chamados à embaixada [do México]. Por acaso eu é que os fui levar à embaixada, sem ganhar um tostão.

Este episódio, contado por um homem de 88 anos, é apenas um exemplo de uma acção que se afirma desinteressada numa época difícil - tanto pela penúria em que se vivia, como pela vigilância e pressão exercida pelas autoridades<sup>13</sup>.

Entre estes dois extremos existe uma pluralidade de comportamentos, que não são classificados de forma tão esquemática. Mesmo sendo objecto de censura, muitas vezes de auto-censura, fica sempre clara a ideia de que as circunstâncias, a idade dos intervenientes, etc., justificaram tais comportamentos. O aproveitamento da miséria alheia em proveito próprio, ainda que não deixe de ser censurada, sofre quase sempre esse branqueamento. Apesar das dificuldades económicas serem uma realidade também em Portugal, a situação era incomparavelmente mais dramática do outro lado da fronteira. A falta dos bens mais elementares levou então à instalação de alguns barracões junto à fronteira onde os espanhóis se deslocavam para adquirir alimentos. Apesar de ser um negócio autorizado, é geralmente reconhecido que foram cometidos abusos, pela exploração excessiva dessa oportunidade que a guerra oferecera. É no mesmo quadro que nos surgem os relatos da troca de favores sexuais por alimentos, às vezes por um quilo de pão, ocorrendo quase sempre como justificação a idade dos intervenientes: "éramos rapazes novos...".

A Guerra Civil não é senão um episódio - particularmente dramático e intenso, é certo - na longa história da fronteira luso-espanhola. Importa notar que os marcos temporais evocados pelos informantes para assinalar a presença do conflito na vila e suas imediações, não coincide com a cronologia histórica dos acontecimentos. Assim, é quase sempre

apontado para o início do conflito o bombardeamento de Badajoz e subsequente *invasão* de Campo Maior por refugiados, sendo extremamente viva e detalhada a memória desses acontecimentos, ao mesmo tempo que o seu final se dilui, parecendo misturar-se esse conflito com a II Guerra Mundial. Isto pode explicar-se tanto pela persistência de uma situação de penúria afectando ambos os lados da fronteira, como também pela permanência até bastante tarde de refugiados espanhóis na vila - só em 1945 uma operação de grande envergadura, que terá incluído forças militarizadas de ambos os países, terá 'limpo' a Referta de refugiados republicanos<sup>14</sup>.

Como já atrás se insinuou, a presença de uma linha divisória nunca implicou a estanqueidade de dois povos, sendo evidente a existência de vários níveis de intercâmbio, que foram incrementados ou sofreram retrações de acordo com as circunstâncias. O deslocamento temporário de portugueses para trabalhos agrícolas em Espanha no início dos anos trinta, parece sofrer uma inversão quando inúmeros espanhóis se refugiam em Portugal na segunda metade dessa década. Do mesmo modo, a especificidade da economia de cada nação, determinava a natureza dos bens e o sentido do seu fluxo na actividade do contrabando. Estamos afinal perante a fronteira como **instrumento** usado estrategicamente pelas populações locais - muitas vezes contrariando as determinações do poder central<sup>15</sup>.

Entendendo desta forma a fronteira como realidade estratégica, compreende-se melhor que a ebulição que a guerra civil provoca, tanto possa incrementar uma espécie de consciência ideológica nalguns grupos, como favorecer as trocas comerciais. Em ambos os casos estamos perante estímulos que a fronteira proporciona. No caso de Campo Maior, cuja população nos anos trinta em pouco ultrapassaria oito mil pessoas, o surgimento de um conflito que coloca nas suas ruas e prisões improvisadas centenas de refugiados, não pode senão ter representado um acontecimento de enorme importância para todos os seus habitantes. E não apenas pelo significativo peso demográfico dos refugiados, como também pelas oportunidades comerciais que possibilitou, ou ainda pela explicitação ou reforço da ideia de que a dicotomização entre grupos sociais se não esgotava na diferente posse da terra, tendo também relevância ideológica.

Sendo um fenómeno de utilização óbvia da fronteira enquanto linha de separação jurídica, o contrabando apresenta, do ponto de vista da memória social, algumas diferenças relativamente à guerra civil. Talvez porque o envolvimento no contrabando foi bastante comum enquanto que a Guerra Civil, ainda que muito presente, não tocou directamente tanta gente, quando se fala de contrabando a temporalização tende a ser mais pessoalizada, quer dizer, cada informante que esteve ligado ao contrabando tende a perceber essa actividade a partir da sua história pessoal. Por outro lado, a explicitação dos diferentes comportamentos de acordo com a pertença social, que relevamos ao referir a atitude perante os refugiados espanhóis, não se detecta a propósito do contrabando. Nesta actividade a fractura é sempre entre contrabandista e autoridade, independentemente da nacionalidade dos intervenientes, ficando esbatidas as diferenças sociais existentes na vila.

Por outro lado, é necessário o cruzamento de várias informações e penetrar para lá do nível mais superficial da narrativa, para compreendermos a importância das diferentes temporalidades na actividade do contrabando. Mesmo que nos circunscrevamos ao período que a memória dos vivos ainda alcança - ou seja, *grosso modo*, não recuemos além do final dos anos vinte - temos perante nós um conjunto de modificações nessa actividade que importa conhecer. Deixando de lado, nesta ocasião, a natureza dos produtos que atravessam a fronteira e a direcção do seu fluxo<sup>16</sup>, sublinharei apenas as modificações quanto ao modo como o contrabando era processado, em articulação com o enriquecimento de algumas das pessoas que a ele se dedicavam.

O café foi de longe o produto mais contrabandeado ao longo do período considerado. De resto, e como já se disse, aquilo que Campo Maior é hoje deve-se em grande parte ao negócio do café. Tendo sido inúmeras as pessoas que participaram dessa actividade, o grau de envolvimento foi porém muito diverso. A situação mais comum é a da conciliação do contrabando com outras actividades profissionais. Como nos conta um informante, que esteve preso em Espanha por duas vezes devido ao contrabando:

Logo de novo fui lá trabalhar para a Espanha e depois o meu pai dedicou-se à pesca. E quando aquilo não dava ia para o contrabando e quando o contrabando não dava ia para a pesca.

Esta conciliação de duas actividades distintas fazia mesmo com que, em alguns casos, se fosse trabalhar pela manhã após se ter passado a noite carregando café para Espanha.

Havia também profissionais do contrabando, quer dizer, homens que não tinham outra actividade além dessa. É curioso notar a desvalorização que os contrabandistas de ocasião fazem desses profissionais, acusando-os de pouco arrojo em contraposição ao que eles próprios faziam:

às vezes os contrabandistas iam para a fronteira e estavam lá cinco e seis dias e as mulheres, coitadas, às vezes já não tinham que comer. Eram os profissionais: porque hoje assim..., porque hoje assado..., estão a ladar os cães... E a gente ia daqui e bumbas... entrávamos logo. Mais aqui, mais ali... entrávamos!<sup>17</sup>

Evidentemente que, num outro plano, os comerciantes de café eram também eles profissionais. Nalguns casos começaram por ser eles próprios contrabandistas, vindo gradualmente a desenvolver um negócio que se tornou uma verdadeira indústria.

Para a compreensão deste processo é fundamental considerar o período da guerra civil e toda a década de quarenta. Quem viveu esses tempos vê neles uma época de grandes dificuldades, que frequentemente contrapõe aos períodos posteriores, onde são cada vez mais os camiões a fazer o trabalho até então desempenhado pelos homens. É na verdade uma imagem de dureza o que a memória guarda desses tempos. Memória dos longos percursos, sempre feitos à noite para iludir a vigilância das autoridades e que chegavam a durar vários dias; das pesadas cargas, que podiam chegar aos quarenta quilos; da fome por que passavam quando eram obrigados a ficar mais tempo escondidos do que à partida supunham e a comida se lhes esgotava; dos frios de inverno, ainda acentuados pela necessidade de atravessar ribeiras sem que a seguir pudessem fazer uma fogueira onde se secar.

São estas algumas das características do período em que se consolidou o negócio do café em Campo Maior, levando à construção do que ainda hoje é o maior centro de torrefacção de toda a península. Ao longo dos anos 40 e sobretudo na década de 50, esse negócio do café cada vez se centrou mais num número restrito de comerciantes que contratava os contrabandistas à tarefa. Chegando a juntar dezenas de homens ao seu serviço, os comerciantes de café potenciaram enormemente os seus lucros e estabeleceram mecanismos cada vez mais eficazes de passagem da fronteira. Nos anos 60 e 70 o contrabandista tem já a vida facilitada, limitando-se a atravessar a fronteira pelo seu pé, já que até ela e após a sua passagem o transporte era motorizado. Todavia, se é certo que neste quadro o risco de perda da carga passou a pesar sobre o comerciante, não é menos verdade que o benefício do contrabandista seria maior se fosse ele a vender o café em Espanha.

De qualquer modo esta não era senão uma modalidade de contrabando, paralelamente à qual existiam outras formas. Por exemplo, havia em Campo Maior algumas mulheres que se dedicavam exclusivamente ao contrabando. Sem deixar de lado o café, mas

orientando-se sobretudo para outros produtos, essas mulheres dirigiam-se diariamente a Espanha, sobretudo a Badajoz, onde adquiriam produtos que logo comerciavam na vila ou para fora dela. As leis da oferta e da procura determinavam os produtos transaccionados, que tanto podiam ser sapatos como bebidas ou carne. Por vezes aceitavam encomendas relativamente grandes e iam gradualmente juntando os produtos até as poderem satisfazer. Também por elas passou a modernidade: a deslocação a pé foi substituída pelo táxi, sujeitando-se mesmo ao pagamento de direitos alfandegários, mas ficando ainda assim com compensação suficiente para merecer a deslocação.

Impõe-se uma palavra final, mesmo que breve e lacunar, acerca da relação do contrabandista com os guardas da fronteira. Deve começar por dizer-se que o grau de tolerância destes últimos não foi sempre o mesmo ao longo de todo o período considerado. Para além do comportamento pessoal de cada guarda, é possível distinguir a adopção de políticas fronteiriças que variaram conforme os países e as épocas. Um nosso informante conta que

ao princípio nem um quilo de café, nem um bago de café, eles davam à gente. Isso era uma sofreguidade com o café. Alguns já morreram e outros ficaram para aí na miséria, esses guardas.

A ideia que nos é transmitida por homens que fizeram contrabando nos anos 30 e 40 é justamente a da intransigência dos guardas, sobretudo dos espanhóis, cujas prisões temiam e por onde muitos deles acabaram por passar.

As coisas foram-se modificando e houve períodos em que, mesmo sendo capturados, os contrabandistas não perdiam tudo. Conta-nos um ex-guarda fiscal como agia nessas circunstâncias:

fiz isso muitas vezes, muitas... e não tenho medo de falar: "Quantos filhos tens?", "Quatro", "Abre o saco e tira quatro quilos de café", "Tu?", "Cinco", "Cinco. Tu?", "Yo no tengo, soy soltero", "És soltero, tira um quilo p'ró tabaco..." Fiz isso muita vez. Sem medo nenhum.

Este tipo de comportamento é confirmado por outras fontes, que aludem também à existência de conivências entre alguns comerciantes de café e as autoridades fronteiriças, que evidentemente não podem ser confirmadas, mas traduzem uma percepção sobre as relações fronteiriças que parece útil sublinhar.

A mesma fronteira que separa e separando protege, ou devia proteger, quem a atravessa para se refugiar do outro lado, serve também para unir, conciliando interesses diversos. Esta duplicidade faz da zona fronteiriça um lugar ambíguo, onde a ameaça do outro lado é uma realidade próxima<sup>18</sup>, mas onde o fascínio está também presente. O conjunto de estereótipos que ajudam a pensar e a demarcar uma identidade não se diluem com a proximidade, mas são talvez mais incertos, ora se verbalizando, ora se silenciando de acordo com as circunstâncias e com o 'bom uso' táctico de tais verbalizações ou silêncios.

A distinção que traçamos entre os dois sentidos da fronteira - linha divisória a zona fronteiriça<sup>19</sup> - não define dois conceitos contrapostos, mas sim duas dimensões que se complementam. Se a fronteira, como demarcação jurídica, sempre separa, a sua presença permite aos povos raianos estratégias de sobrevivência, de intercâmbio mas também de confronto, com base nas quais constróem e reformulam a sua identidade. Do mesmo modo, a existência de uma 'cultura de fronteira' não obsta à afirmação e acentuação das diferenças por parte dos povos vizinhos. Do cruzamento destes elementos resulta então uma identidade fluida e de valor operativo.



As narrativas que sobre o passado da vila se fazem entroncam em grande medida nas características que resultam da sua condição raiana. A indústria de torrefacção de café como principal actividade da vila e tudo quanto a ela se agrega de memória do passado, ou a intensa circulação de pessoas entre os dois lados da fronteira tanto no passado como presentemente, constituem realidades que marcam os discursos sobre Campo Maior. É por eles que a identidade da vila se pensa e nesse ponto nem sequer é muito diferente considerar a memória oral ou a memória escrita, já que esta, ao enfatizar o passado militar da vila, toma também a fronteira como centro do seu discurso.

## Notas

<sup>1</sup> “Sans la mémoire (...) plus de société, plus d’identité individuelle ou collective, plus de savoir, tout est confondu et condamné à périr” (Candau 1996: 4).

<sup>2</sup> Este é seguramente o vector fundamental que explica algumas diferenças deste concelho relativamente a outros que lhe são próximos: Campo Maior possuía em 1991 o menor índice de envelhecimento da população de todo o distrito, superando mesmo as cidades de Elvas e Portalegre, cf. *Alguns aspectos da evolução demográfica portuguesa no período 1981/1991*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993.

<sup>3</sup> Evidentemente que a resistência heróica não esgota essa memória erudita, do mesmo modo que esse discurso identitário não vive apenas do que sobre a vila se escreve, passando também, por exemplo, pelo enaltecimento de ‘lugares de memória’, de que o castelo da vila pode ser exemplo.

<sup>4</sup> As consequências deste fenómeno são bem sublinhadas por Uriarte e também por García.

<sup>5</sup> A esta duplicidade alude também Pais de Brito a propósito de Rio de Onor, onde a flexibilidade e maleabilidade da fronteira permite mesmo falar de uma só aldeia quando administrativamente estamos perante duas, mas onde, ao mesmo tempo, “A existência antiga de uma linha de separação entre territórios sob domínio distinto definiu (...) duas comunidades distintas pelas dependências (e histórias nacionais) a que imediatamente estão sujeitas” (Brito 1996: 32).

<sup>6</sup> Para o caso espanhol o contrabando está documentado pelo menos desde 1399, quando o alcaide de Barcarrota é aprisionado e sujeito a interrogatórios por suspeita de ter feito tratos com Portugal relativos à passagem de cavalos, armas e bestas pela fronteira (cf. García 1997: 20).

<sup>7</sup> Em 1855 é nomeada uma Comissão Mista para percorrer e delimitar a fronteira e em 1894, com a assinatura do Tratado de Lisboa, é aprovada definitivamente a configuração fronteiriça actual. No que diz respeito ao espaço geográfico de que esta investigação se vem ocupando, não foram suscitadas “discordâncias entre as testemunhas portuguesas e espanholas chamadas a depor acerca do traçado da linha separadora do Estado português do espanhol” (Barreiros 1964: 98), com excepção das chamadas refertas de Ouguela - três superfícies de terreno que eram utilizadas pelos habitantes dessa povoação, bem como pelos de Arronches e de Albuquerque (Espanha).

<sup>8</sup> Como bem notaram Pintado e Barrenechea num trabalho já antigo e que sem ter objectivos académicos se tornou referência obrigatória nos estudos sobre a fronteira hispano-lusa.

<sup>9</sup> Apesar de não existirem estimativas dignas de crédito quando ao número de refugiados presentes em Campo Maior “tudo aponta para que no fim da primeira semana após a tomada de Badajoz o seu número ultrapasse, no mínimo, o milhar” (Vieira 1996: 182).

<sup>10</sup> Apontando um processo de sacralização da fronteira, que afectaria mesmo o exercício de virtudes sociais como a solidariedade, ajuda mútua, etc., Joan Mira afirma que “las catástrofes al otro lado de la raya nos afectan mucho menos (...) las víctimas provocan mayor o menor conmoción moral según que sean súbditos o no del propio Estado” (Mira 1990: 37). Julgamos interessante pensar esta questão tendo como pano de fundo a guerra civil espanhola e as terras especificamente raianas, já que aí a ‘catástrofe’ que ocorre do outro lado ultrapassa a fronteira e torna-se presente e activa no país vizinho.

<sup>11</sup> É aludindo a essa dicotomização que Françoise Zonabend inicia a sua conhecida obra *La mémoire longue*, do mesmo modo que Pais de Brito a refere também a propósito de Rio de Onor (cf. Zonabend 1980: 13 e Brito 1996: 16).

<sup>12</sup> Como já José Cutileiro sublinhara de forma bem evidente em *Ricos e pobres no Alentejo*.

<sup>13</sup> Trata-se de um episódio que terá ocorrido em 1943, portanto já após o final da guerra civil, mas é espontaneamente enquadrado nesse conflito pelo informante. Também Rui Vieira refere este episódio (cf. Vieira 1996: 185-6).

<sup>14</sup> Trata-se do mesmo terreno que gerou alguma conflitualidade aquando da demarcação da fronteira. Por ocasião da guerra civil a existência de mato abundante facilitou a sua utilização como refúgio para os espanhóis.

<sup>15</sup> Instrumento verdadeiramente estratégico como bem sublinha Luís Uriarte: “Los flujos comerciales - legales o contrabandísticos - en una y otra dirección han constituido, y desde muy antiguo, la columna vertebral que sostenía y articulaba hasta hace poco la economía regional y la identidad rayana” (Uriarte 1994: 57).

<sup>16</sup> Eusébio Medina García, centrando o seu trabalho na vizinha região de Olivença, fornece algumas informações interessantes acerca destes aspectos (cf. García, 1997:73 sgg.).

<sup>17</sup> Esta censura aos profissionais prende-se também com a vida boémia que supostamente levariam - esses cinco ou seis dias passados na fronteira a que o informante alude seriam ocupados a jogar cartas e a beber. Já António Ballesteros Doncel, ao ficcionar a vida de um contrabandista espanhol da mesma região, diz algo que se aproxima desta ideia (cf. Doncel 1971: 78).

<sup>18</sup> Não é apenas um longo passado de guerras que justifica o temor. A título de mero exemplo veja-se como, num texto dos anos 20, Artur de Magalhães Basto afirma que uma figura odiada no Alentejo raiano era a do “espanhol roubando bestas”.

<sup>19</sup> Distinção que, por exemplo também Uriarte faz, no caso entre o que chama Raya, que “dividia e separaba dos naciones-estados soberanos” e o que chama Area Rayana, que “une y articula las poblaciones que configuran una peculiar ‘cultura de frontera’ estableciendo una ingeniosa interdependencia simétrica” (Uriarte 1994: 11).

## Bibliografia

- AUGÉ, M., 1998, *Les formes de l'oubli*. Paris, Manuels Payot.
- BARREIROS, J.B., 1961-65, “Delimitação da fronteira luso-espanhola”, *O Distrito de Braga* XII (I-II: 1961; III-IV: 1962; V-VI: 1963; VII-VIII: 1964; IX-X: 1964; XI-XII: 1965).
- BASTO, A.M., 1923, “A fronteira hispano-portuguesa (ensaio de geografia política)”, *O Instituto. Revista Científica e Literária* 70, Coimbra.
- BEY, J.P., 1985, “La frontera hispano-lusa como factor geográfico de integración”, *Encuentros/Encontros de Ajuda. Actas, ponências y comunicaciones*, 295-303, Olivenza.
- BRITO, J.P., 1988, “Histórias que se sabem, histórias que se contam. Estratégias sociais na oralidade aldeã”, *Ler História* 12 :111-124.
- BRITO, J.P., 1996, *Retrato de Aldeia com Espelho. Ensaio sobre Rio de Onor*. Lisboa, Dom Quixote.
- CANDAU, J., 1996, *Anthropologie de la mémoire*. Paris, PUF.
- CAYOLLA, L., 1941, “Os contrabandistas”. Eurico Gama, *Jornalismo Campomaiorense*, 49-54. Coimbra.
- CONNERTON, P., 1993, *Como as sociedades recordam*. Oeiras, Celta.
- CUTILEIRO, J., 1977, *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa, Sá da Costa.
- DONCEL, A.B., 1971, *Los Mochileros*. Badajoz, Diputación de Badajoz.
- FENTRESS, J. & WICKHAM, C., 1994, *Memória Social*. Lisboa, Teorema.
- GARCÍA, E.M., 1997, *Estudio sobre el contrabando de postguerra en Olivenza y su area de influencia*. Mérida, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas.
- HALBWACHS, M., 1950, *La mémoire collective*. Paris, Albin Michel, 1997.
- MIRA, J.F., 1988, “La sagrada frontera”, *Actas Simposio Internacional de Antropología “Identidad e Territorio”*. Centenario de Ótero Pedrayo, 29-38. Santiago de Compostela, Consello de Cultura Galega.
- PINTADO, A. & BARRENECHEA, E., 1974, *A raia de Portugal. A fronteira do desenvolvimento*. Porto, Afrontamento.
- URIARTE, L.M., 1994, *La Codosera. Cultura de fronteras y fronteras culturales en La Raya luso-extremeña*. Asamblea de Extremadura.